



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FACS)**

**VALORIZAÇÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS QUILOMBOLAS:
REFLEXOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA**

Denise Nascimento Cardoso

Belém-PA

2026

Denise Nascimento Cardoso

**VALORIZAÇÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS QUILOMBOLAS:
REFLEXOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da prof^a. dr^a. Mariateresa Muraca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais.

Belém-PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244v Nascimento Cardoso, Denise.
VALORIZAÇÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS
QUILOMBOLAS: REFLEXOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO
PARTICIPATIVA / Denise Nascimento Cardoso. — 2026.
19 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Mariateresa Muraca
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências
Sociais, Belém, 2026.

1. Pesquisa-Ação Participativa. 2. comunidades
quilombolas. 3. Movimentos negros. 4. Pensamento
decolonial. 5. Educação popular. I. Título.

CDD 300

Denise Nascimento Cardoso

**VALORIZAÇÃO DOS SABERES COMUNITÁRIOS QUILOMBOLAS:
REFLEXOS DE UMA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito
básico para a conclusão do Curso de Bacharelado em
Ciências Sociais.

Aprovado em, ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Mariateresa Muraca
Orientadora - UFPA

Profª Drª Nelissa Peralta Bezerra
Membro da Banca - UFPA

Prof Dr Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto
Membro da Banca - UFPA

Belém-PA

2026

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho de conclusão de curso também deve créditos ao coletivo que me apoiou ao longo dessa jornada. Ele é o resultado de encontros, desencontros, curvas e retas, todos permeados por afeto, resistência e a esperança de um futuro melhor, que tornaram este percurso possível.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Raimundo e Marta Cardoso, que, apesar de não terem tido as mesmas oportunidades que eu, sempre me incentivaram a estudar e fizeram de tudo para que meu desenvolvimento acadêmico e social fosse o melhor possível. De sol a sol, trabalharam para me proporcionar os melhores espaços acadêmicos e, a partir das minhas escolhas, pude traçar meu próprio caminho. Foram eles que, à sua maneira, me ensinaram a persistir e a acreditar em meus sonhos, me alertando a não me perder ao longo deste caminho, ao incentivar que, diante de suas experiências, o conhecimento também é construído no cotidiano e nas relações humanas. Sou imensamente grata e orgulhosa pelos pais que tenho; não sei para onde vou, mas sei para onde sempre posso voltar.

À minha companheira, Ana Loyse Maciel, que sempre esteve ao meu lado desde o nosso início. Lembro como se fosse hoje o dia da minha aprovação; o seu olhar de orgulho tornou aquela sensação inesquecível. Seu incentivo constante, antes e durante a graduação, foi imprescindível para meu fortalecimento nos dias de cansaço, incerteza e exaustão, assim como nos dias felizes, de vibração e comemoração. Sinto em você amor, companhia e cuidado. Este trabalho carrega marcas do nosso cotidiano: das conversas, dos risos e dos silêncios que também nos fortalecem. Eu poderia ter trilhado outros caminhos, mas nada se compara a chegar até aqui com você; isso foi impagável.

Aos meus queridos amigos Bárbara Bioche, Fernanda Cardoso, Gabriel Monteiro e Irla Silva, meus sinceros agradecimentos. Vocês me deram força e incentivo para seguir em frente. Suas conversas, conselhos e, principalmente, a presença constante em minha vida acadêmica e pessoal, fizeram toda a diferença. Nossos encontros diários e os passeios inesquecíveis me transbordaram de alegria, com vocês me senti lembrada, querida e cuidada. Apesar dos desafios que enfrentamos, saber que pude contar com cada um de vocês foi valioso. Sempre os levarei comigo e acredito que nossa amizade perdurará para sempre. Por fim, agradeço à minha orientadora, Mariateresa Muraca, que com seu carinho e respeito, tornou leve este processo. Com isso, ganhei, além de uma mentora, uma amiga.

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar alguns resultados parciais de uma pesquisa em andamento, intitulada “Fortalecendo a Formação de Professores na perspectiva da Educação Escolar Quilombola: uma Pesquisa-Ação Participativa entre universidade, comunidades e movimentos quilombolas”. Em particular, serão discutidos três temas principais: os impactos do percurso da Pesquisa-Ação Participativa (PAP) sobre o pensamento crítico, o sentido de pertencimento e o compromisso comunitário dos sujeitos envolvidos; a necessidade de articular saberes comunitários e conhecimentos científicos nos currículos escolares e universitários; os desafios da permanência dos estudantes quilombolas no Ensino Superior. O referencial teórico da pesquisa se fundamenta na Educação Popular, no Pensamento Decolonial e nas Epistemologias do Sul. Do ponto de vista metodológico, foi adotada a abordagem da PAP que previu a construção de um percurso colaborativo entre comunidades, movimentos sociais e universidade. Dessa forma, para além de um processo de coleta de dados, a pesquisa buscou criar um espaço de diálogo, acolhimento, cooperação e coautoria.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa-Ação Participativa; comunidades quilombolas; movimento negro; Pensamento Decolonial; Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, intitulada “Fortalecendo a Formação de Professores na perspectiva da Educação Escolar Quilombola: uma Pesquisa-Ação Participativa entre universidade, comunidades e movimentos quilombolas”. Em particular, explora três temas interconexos:

- os impactos do percurso da Pesquisa-Ação Participativa (PAP) sobre o pensamento crítico, o sentido de pertencimento e o compromisso comunitário dos sujeitos envolvidos;
- a necessidade de articular saberes comunitários e conhecimentos científicos nos currículos escolares e universitários;
- os desafios da permanência dos estudantes quilombolas no Ensino Superior.

Para além das motivações acadêmicas, este trabalho tem raízes profundas no meu percurso pessoal, social e político, o qual configurou o meu interesse genuíno pelo tema. As comunidades quilombolas sempre fizeram parte de minha realidade: desde a infância quando morei nas proximidades de quilombos. Particularmente, durante a adolescência minha prima me levava em suas pesquisas acadêmicas, para coletar os relatos de moradores afetados por conflitos sociais e ambientais provocados por latifundiários; foi neste momento que senti nascer em mim a responsabilidade social de fazer algo realmente significativo para essas pessoas.

Além disso, ao longo de minha trajetória acadêmica consegui participar de projetos sociais e escutas de algumas comunidades – experiências que despertaram reflexões sobre a importância do diálogo e o contato com tais comunidades. A inserção nesses espaços comunitários, mediados pela universidade, permitiu-me compreender a relevância de seus conhecimentos e de seus territórios, que extrapolam a dimensão física e se constituem como espaços de pertencimento. Essas vivências transformam os estudantes como seres humanos e futuros profissionais. Assim, minha trajetória até meu envolvimento nesta pesquisa foi um fator imprescindível para a escolha do tema e a concepção da investigação como compromisso ético com as lutas, as vivências e os saberes das comunidades envolvidas.

Além dessa introdução, o texto compreende quatro seções principais, dedicadas à justificativa, à metodologia da pesquisa, à discussão dos resultados e às considerações finais.

2 JUSTIFICATIVA

Os territórios quilombolas são constituídos de comunidades com especificidades e saberes ancestrais, ricas em cultura, práticas educacionais próprias, conhecimentos medicinais e

organização social, conjuntos históricos que tornam seu entendimento de mundo fundamental para a sociedade como um todo. Entretanto, seus conhecimentos foram, historicamente, marginalizados, principalmente nos espaços institucionais e particularmente no ambiente escolar e universitário – lugares estes em que ainda predominam currículos e práticas pedagógicas que valorizam apenas conhecimentos científicos europeus e eurocêntricos, desconsiderando toda e qualquer perspectiva fora desse eixo (Santos; Meneses, 2009). Segundo Gomes (2012), a instituição educacional, ao negligenciar e silenciar práticas e conhecimentos tradicionais, não apenas prejudica o processo educativo, mas também contribui para a desvalorização da identidade desses povos.

Assim, muitas vezes, apesar de vigorar o decreto nº 4.887/2003 que garante a delimitação legal dos territórios quilombolas, é visto que as políticas públicas não são capazes de preencher as lacunas educacionais dessas comunidades, acarretando diversas situações que as fragilizam e comprometem a perpetuação de seus saberes tradicionais, o ambiente em que vivem e sua autonomia comunitária. Nesse cenário, é fundamental compreender quais aspectos podem contribuir para uma efetiva implementação da Educação Escolar Quilombola. Dentre esses, ocupa um lugar central a garantia de uma formação inicial e continuada de professores/as que dialogue com as comunidades quilombolas, respeitando e valorizando suas origens (Araújo *et al.*, 2025).

Diante disso, evidencia-se a necessidade de pesquisas que vão além de abordagens distanciadas e extrativistas, reconhecendo a coautoria das comunidades na elaboração do conhecimento científico. Em particular, a PAP revela-se como uma metodologia capaz de evidenciar as implicações éticas, políticas e epistemológicas da pesquisa. Ao construir o saber de forma participativa, possibilita a pessoas e grupos serem ouvidos e manterem sua voz ativa nas discussões, tornando-os centrais (Fals Borda, 2015; Freire, 1979). Essa abordagem contribui para a abertura de diálogos, reflexões críticas, transformações sociais e promove também a sensibilidade ética do/a pesquisador/a, ressignificando a pesquisa como prática coletiva e humanizadora.

É preciso ressaltar que, apesar de existirem estudos acerca da Educação Escolar Quilombola, ainda são escassos os que constroem suas interpretações a partir da abordagem da PAP. Este estudo, portanto, se justifica pela sua relevância científica, social e política, visando contribuir para o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola. Ao propor uma formação docente inicial e continuada contextualizada, a inclusão dos saberes comunitários nas matrizes curriculares e a permanência quilombola no Ensino Superior, a reafirma o compromisso com

os direitos comunitários à terra, identidade, cultura e coautoria científica, colaborando para um processo político-educativo mais justo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A PAP se caracteriza pela participação ativa dos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento, com o propósito de ampliar suas reflexões críticas para a transformação social e para se fortalecerem na luta por seus direitos. Essa metodologia foi desenvolvida por autores como Kurt Lewin e Orlando Fals-Borda. Ela se destaca por buscar o diálogo com as/os interlocutoras/es da pesquisa, com o objetivo de promover uma mudança coletiva. Paulo Freire (1979) enfatiza que o conhecimento construído de forma colaborativa faz com que os grupos marginalizados sejam protagonistas de sua própria libertação, fortalecendo o reconhecimento e a valorização de sua identidade.

Essa abordagem promove a conscientização das comunidades sobre as questões que impactam sua vida social e territorialmente. Segundo Fals-Borda (1987), “de todos modos, es demostrable que en esos casos se obtuvo, y se creó, conocimiento científico en la propia acción de masas, pasando éste a ser patrimonio general de los grupos de base y particular de la ciencia social crítica” (p. 278). Assim, essa metodologia pode romper com a exclusão dos saberes populares, ao propor um conhecimento com o povo e não sobre o povo, fortalecendo o empoderamento social. Com auxílio da PAP, as comunidades ampliam seu protagonismo em busca de políticas públicas que respeitem suas especificidades e garantam seus direitos.

Diante disto, para além da escuta dos sujeitos envolvidos, esse processo metodológico exige também a sensibilidade para com o outro e a compreensão de sua realidade. Como pontua Muraca (2015), “acredito que seja impossível valorizar a narrativa de si dos interlocutores da pesquisa sem se engajar em uma sensibilização mais profunda em relação ao contexto de suas vidas” (p. 101). Essa empatia transforma a pesquisa em uma experiência reciprocamente humanizadora e não apenas em um sistema de coleta de dados, criando um espaço de conhecimento mútuo entre pesquisador/a e comunidade.

Em particular, a pesquisa da qual surge este artigo foi realizada em diálogo com as comunidades quilombolas de Moju Miri, Santa Ana Axé do Baixo Jambuaçu, Ribeira de Jambuaçu e Abacatal, localizadas nos municípios de Mojú (as primeiras três) e Ananindeua (a última) no Estado do Pará (PA), bem como com movimentos sociais, como a Malungu – Coordenação das associações das comunidades remanescentes de quilombos do Pará, a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). A pesquisa está vinculada ao

grupo de pesquisa Hodós – Educação crítica, processos político-pedagógicos e metodologias transformadoras. O grupo, coordenado pela professora doutora Mariateresa Muraca, tem como objetivo analisar e fortalecer relações educativas e políticas para promover uma educação coletiva e emancipadora. No projeto de pesquisa estão participando também Ana Loyse Maciel, Amanda Cardoso, Denise Cardoso, Laura Cardoso, Luana Batista e Rosilene Cardoso, alunas do curso de Pedagogia e de outros cursos de graduação da UFPA.

Os instrumentos de coleta de dados visaram valorizar a contribuição das comunidades na construção coletiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a princípio foram levantadas fontes bibliográficas pertinentes, para o embasamento teórico. Posteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. As primeiras foram dirigidas a lideranças de movimentos sociais, permitindo compreender suas percepções sobre educação, território e lutas quilombolas. As rodas de conversa envolveram professores/as e moradores/as de comunidades quilombolas, funcionando como espaço de diálogo aberto e acolhimento sobre a articulação entre conhecimentos tradicionais e científicos nos percursos formativos. A participação reflexiva foi essencial para compreender as dinâmicas sociais quilombolas, como salienta Muraca (2015), ao destacar a relação intrínseca de viver e refletir, de forma participativa, colaborando e construindo conhecimento coletivamente. A coleta de fotografias e gravações de áudio e vídeo também foi importante para elaborar essa narrativa de forma cooperativa. Finalmente, os diários de campo promoveram a emergência de visões críticas subjetivas das pessoas envolvidas enquanto pesquisadoras e disponibilizaram reflexões relevantes para a consulta comum. Esses elementos, no conjunto, formam uma base sólida de informações, capaz de mobilizar interpretações densas.

As rodas de conversa foram realizadas entre fevereiro e agosto de 2025, contaram com a participação de grupos que variaram de 10 a 80 pessoas. Cada encontro se estendeu ao longo de 2 a 6 horas de diálogos e escutas aprofundadas, com intervalos para a alimentação. Tomaram parte nessas atividades moradores/as, lideranças comunitárias, professores/as e jovens, todos/as identificados/as intencionalmente com base no vínculo que mantêm com seus territórios e com a educação desenvolvida em suas comunidades. As entrevistas com as lideranças da Malungu, da ADQ e do CEDENPA se estenderam até dezembro de 2025 e tiveram uma duração aproximada de duas horas cada uma.

A seleção cuidadosa dessas comunidades e organizações fundamentou-se em suas trajetórias e na relevância que possuem no campo da educação ancestral, comunitária e dos saberes tradicionais, bem como em sua contribuição para processos político-educativos em contextos quilombolas. A escolha buscou garantir que o estudo dialogasse com experiências

significativas, reconhecendo o potencial das práticas formativas que emergem desses territórios e modos de vida.

Na perspectiva da PAP, a investigação passou por negociações e graduais aproximações com as comunidades e com os movimentos. As rodas de conversa reuniram várias pessoas das comunidades e de outras vizinhas, que integram as áreas da educação quilombola, participação comunitária e liderança social, para dialogar sobre práticas educacionais locais e sua integração com o ensino formal. Foram discutidos vários pontos importantes, como a formação inicial e continuada para professores quilombolas e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que permitam às comunidade formar de modo mais eficaz, incentivar seus jovens a preservar sua cultura e a progredir nos estudos para seu futuro. As organizações se disponibilizaram generosamente para dialogar sobre vários temas fundamentais, como seu papel nas lutas quilombolas, na reivindicação de direitos e na relação com as instituições, a relação entre saberes científicos e comunitários, a permanência universitária dos estudantes quilombolas e os desafios encontrados por eles na trajetória acadêmica.

Ao longo do trabalho desenvolvido em campo foram propostas atividades que pudessem nos aproximar das comunidades para além da mera coleta de dados, oportunizando uma convivência reflexiva (Muraca, 2015). Essa experiência foi essencial para compreender práticas sociais, formas de organização comunitárias, estratégias de resistência, permitindo a criação de um vínculo de afeto com as comunidades. Dessa forma, com base em um compromisso ético e político, a pesquisa pretendeu colaborar para a construção de novas práticas de ensino-aprendizagem, considerando os movimentos e as comunidades como coautores de suma importância, valorizando suas lutas, vivências e peculiaridades que as tornam tão únicas e essenciais para uma sociedade emancipada.

Foram elaborados dois roteiros de perguntas para as rodas de conversa e as entrevistas, de modo a orientar a coleta de dados clara e coerentemente com os objetivos do estudo. Assim, tanto as rodas de conversa como as entrevistas começaram com um breve momento de contextualização da pesquisa. Posteriormente, foram levantados dados gerais dos participantes, como nome e idade, e foi solicitada a assinatura do termo de consentimento. Entre os temas abordados no roteiro de pesquisa, destacam-se perguntas que buscavam instigar participantes e organizações a refletirem sobre suas histórias e lutas pela educação quilombola. Como exemplificação, a seguir, serão mostradas algumas perguntas tratadas nas entrevistas.

- O que é a Educação Escolar Quilombola na perspectiva da sua organização e porque é importante?

- Quais obstáculos encontra a afirmação da Educação Escolar Quilombola nos territórios?
- É importante a Formação dos Professores para a concretização da Educação Escolar Quilombola?
- Como deveria ser uma Formação Inicial e Continuada dos Professores de acordo com a Educação Escolar Quilombola?
- A Universidade está atendendo às necessidades do Movimento Quilombola com relação à Formação de Professores na perspectiva da Educação Escolar Quilombola?
- Como nós, quilombolas mas também jovens pesquisadoras da Universidade, podemos colaborar com o Movimento para concretizar estas ideias?

As perguntas buscaram esclarecer os desafios e necessidades que as comunidades enfrentam em relação às formas educacionais dentro e fora do território quilombola. Ao longo de todas as ações com as comunidades e movimentos, foram respeitados princípios éticos da pesquisa, garantindo o consentimento dos/as participantes, assim como o anonimato relativamente a tópicos sensíveis e o compromisso com a devolução dos resultados. Dessa forma, os nomes reais dos/as participantes serão mantidos ao longo do texto, a partir de seu consentimento prévio, com o intuito de evidenciar sua contribuição essencial na construção do conhecimento científico.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados desta pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da PAP, de forma qualitativa e interpretativa, valorizando a colaboração entre comunidades, organizações e universidade. O grupo de pesquisa Hódos realizou as transcrições das rodas de conversas e das entrevistas, assim como disponibilizou os diários de campo e os materiais audiovisuais e fotográficos em uma pasta compartilhada no Google Drive para possibilitar a consulta coletiva.

Para o presente artigo, de início, considere analisar e incluir o material obtido ao longo de toda pesquisa. Contudo, após a análise dos diários de campo, da entrevista com Elida Monteiro da Malungu e da roda de conversa da comunidade quilombola de Santa Ana Axé do Baixo Jambuaçu, avaliei, juntamente com minha orientadora, que já havia um denso arranjo. Assim optei por delimitar a análise a essas fontes. Diante do estudo minucioso do material e à luz dos meus interesses de estudo, identifiquei três grandes temas interconexos. Dessa forma, também a discussão foi organizada em três seções: na seção 4.1, são ilustrados os impactos do percurso da PAP sobre o pensamento crítico, o sentimento de pertencimento e o compromisso

comunitário; na seção 4.2, é considerada a articulação entre saberes comunitários e conhecimentos científicos nos currículos escolares e universitários; e na seção 4.3, são apresentados os desafios da permanência de estudantes quilombolas no Ensino Superior.

4.1 Os impactos do percurso da Pesquisa-Ação Participativa sobre o pensamento crítico, o sentido de pertencimento e o compromisso comunitário dos sujeitos envolvidos

Neste estudo, a PAP mostrou ser muito mais do que uma metodologia de coleta de dados, configurando-se também como uma forma de aproximação social e um instrumento de fortalecimento do pensamento crítico, político e social. De fato, os/as participantes puderam desenvolver um pensamento transformador sobre sua própria história, seu pertencimento, seu meio social e sua identidade quilombola – o que contribuiu para formar um posicionamento mais consciente. Conforme foi observado ao longo da pesquisa, as alunas quilombolas que promoveram o diálogo com suas comunidades assim como os demais participantes, demonstraram gratidão e forte vínculo com seu território, salientando que suas conquistas não são individuais, mas sim fruto de trajetórias coletivas e ancestrais, fortalecendo seu compromisso social.

Assim, o sentimento de pertencimento se tornou um dos pontos mais discutidos nessa experiência. Na visão de Paulo da Costa, morador da comunidade de Santa Ana do Baixo Jambuaçu, sua identidade quilombola está ligada à história do território, às memórias ali colecionadas e às lutas coletivas: “eu tenho plena condição de sair daqui para outro lugar e viver a minha vida. Mas eu não saio, porque foi aqui que meu pai e minha mãe geraram nós aí” (Paulo da Costa, roda de conversa). Seu Paulo chama atenção também para os conflitos que existem na região, que provocam um constante perigo de vida para a comunidade, mas que não colocam em questão sua resistência no território, a qual simboliza seu pertencimento quilombola. Desse modo, é impensável separar sua vida pessoal da vida em comunidade, sendo ambas diretamente ligadas ao território por uma ligação afetiva muito forte (Farias; Pacheco; Barbosa, 2024).

Este sentimento de pertencimento se amplia ao ser pautada a responsabilidade comunitária que os/as estudantes relatam sentir ao sair de seu território em busca de formação acadêmica. Por exemplo Elida Monteiro, estudante quilombola e coordenadora da Malungu, afirma:

Me deram uma declaração dizendo que eu representava uma comunidade. E se eu desistir, eu estou desistindo por eles também. Então, como a gente precisou entrar na universidade com um peso que não era nosso, era de um

monte de gente que lutou para existir aquela organização ali e que luta até hoje, o nosso peso é dobrado (Elida Monteiro, entrevista).

Elida reconhece que sua permanência acadêmica está ligada a um coletivo e que, sem a luta por direitos, ela não teria a oportunidade de estudar, sendo guiada por um dever ético de retorno social ao território.

A análise dos diários de campo das alunas pesquisadoras revela também que elas ampliaram suas perspectivas políticas e identitárias a partir do trabalho desenvolvido com as comunidades. Amanda Cardoso, integrante do grupo de pesquisa Hodós, destaca que essa vivência complexificou seu olhar para o descaso que as comunidades enfrentam. Segundo ela: “eu pude conhecer mais uma realidade de uma comunidade quilombola que sofre com a falta de professores, por descaso das autoridades. Isso faz me esforçar mais e mais (Amanda Cardoso, diário de campo). Complementarmente, Rosilene Cardoso, aluna pesquisadora, reforça a narrativa do impacto das vivências em outras comunidades, questionando-se e valorizando a importância do diálogo (Rosilene Cardoso, diário de campo). O engajamento das discentes em seu território se aprofundou a partir do campo, pela troca de conhecimento, afiando seu senso crítico sentipensante que conecta razão, experiência e compromisso social (Fals Borda, 2015).

Além de gerar transformações sensíveis, a pesquisa se refletiu nas formações dialógicas do grupo Hodós. A professora Mariateresa Muraca, coordenadora da pesquisa, assim se expressa: “o quanto é complexo, contraditório e às vezes dolorido o processo que leva uma comunidade ou uma pessoa a se reconhecer enquanto ‘quilombola’ e, após disso, assumir todos os enfrentamentos necessários” (Mariateresa Muraca, diário de campo). Reiterando que seu envolvimento a despertou para novas realidades com diferentes problemáticas, tornando-a mais atenta e comprometida de forma político-social. Muraca (2015) compreende que campo é um lugar formativo que afeta todos os envolvidos de forma única e que exige uma postura sensível às suas configurações sociais.

Rosilene Cardoso salienta que sua vivência com organizações pertencentes aos movimentos negro e quilombola a provocou a se reconhecer enquanto quilombola e contribuiu para o fortalecimento de suas lutas pessoais (Rosilene Cardoso, diário de campo). Um sentimento parecido, de fortalecimento em sua caminhada, foi expresso por Ana Loyse Maciel, também integrante do grupo Hodós, ao afirmar: “veio com experiências enriquecedoras, as quais fizeram com que eu sentisse a conexão com minha ancestralidade” (Ana Loyse Maciel, diário de campo). Esses relatos mostram os impactos significativos da pesquisa sobre as participantes.

Em síntese, a trajetória da pesquisa, muito além de produzir resultados acadêmicos, proporcionou, de forma profissional, a formação de uma sensibilidade aprofundada. Para as alunas quilombolas, a aproximação com suas comunidades a partir de outros posicionamentos, implicou um engajamento a ressignificar sua trajetória em protagonismo, transformando seu aprendizado em resistência e responsabilidade social. Ao vincularem suas conquistas acadêmicas ao retorno para seu território, tornaram ainda mais concreta a importância dos saberes comunitários (Peixoto *et al.*, no prelo). Ao verem seus integrantes ocupando espaços e desenvolvendo trabalhos que as valorizam, respeitam e promovem, as comunidades se fortaleciam em seu sentimento de pertencimento. Desta forma, emergiram práticas educacionais emancipatórias, evidenciando que o reconhecimento social das comunidades pressupõe a potencialização de saberes que resistiram e resistem à desigualdade epistêmica.

4.2 A necessidade de articular saberes comunitários e conhecimentos científicos nos currículos escolares e universitários

Ao longo das rodas de conversa nas comunidades quilombolas, ficou evidente, nas falas dos participantes quilombolas, a necessidade de articular conhecimentos comunitários e científicos nos currículos escolares e universitários. Particularmente, a falta de diálogo entre as escolas que residem dentro de seus territórios e suas realidades compromete não apenas o processo educativo, mas também o fortalecimento das lutas quilombolas, uma vez que o silenciamento de modos específicos de ensino-aprendizagem acaba também reproduzindo silenciamentos históricos (Gomes, 2012). Neste sentido, a Educação Escolar Quilombola surge como uma solução viável que pode colaborar para novos rumos de uma educação emancipadora. De fato, de acordo com Elida Monteiro, liderança da Malungu, a Educação Escolar Quilombola interliga saberes comunitários e científicos e impulsiona a busca por abordagens e metodologias coerentes com o ambiente em que a comunidade vive, onde a educação seja “parceira do território” (Elida Monteiro, entrevista).

A dificuldade de cooperação entre saberes oriundos de bases distintas é confirmada pelas reflexões de Peralta (2021), a qual destaca que as matrizes curriculares ainda atuam de forma linear, ao invés de se abrir para conhecimentos engajados e enraizados no contexto social e ambiental: “nossa própria matriz educativa está baseada na ideia de transmissão de conhecimento entre o professor e o aluno, e não no desenvolvimento do conhecimento ou do saber interpretar a partir do engajamento em contextos de ação” (p. 94). Tal lógica de

reprodução dos epistemologias hegemônicas impede o reconhecimento de perspectivas outras de ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere às práticas educativas quilombolas. Esta problemática emerge nas palavras de Elídia Trindade, liderança comunitária de Santa Ana do Baixo Jambuaçu. Ao ser questionada sobre como melhorar a Educação Escolar Quilombola,

Elídia evidencia indiretamente a ausência de um currículo que articule conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais e ressalta a necessidade de um ensino que dialogue com a comunidade como um todo: “tinha que ter uma formação, assim, um estudo para nós, assim, até para mim também” (Elídia Trindade, roda de conversa). Elídia aponta até a dificuldade de compreender com profundidade o próprio significado do “ser quilombola” – o que mostra mais uma vez a carência de uma educação diferenciada.

Andréa Cardoso, professora quilombola, reforça essa discussão ao afirmar que, desde o ensino primário, o contexto deveria ser o foco da educação, de modo a fortalecer a resistência e as lutas do povo. Somente dessa forma, os/as alunos/as poderão amadurecer como jovens e adultos engajados nos espaços acadêmicos e de enfrentamento: “porque quando eles chegam nessa idade, que eles adentram a universidade, eles já vão com essa responsabilidade de fazer uma junção de conhecimento: saber científico com saber tradicional, para trabalhar dentro da escola e dentro da comunidade” (Andréa Cardoso, roda de conversa).

Seguindo esta perspectiva, Kenedy Batista, liderança quilombola da comunidade de Ribeira de Jambuaçu, participante da roda de conversa em Santa Ana Axé do Baixo Jambuaçu, frisa a necessidade de viabilizar a atuação de professores quilombolas de retorno às suas comunidades. Seu conhecimento do território, de fato, pode garantir práticas educativas interativas e conectadas com os saberes locais. Exemplificando essa afirmação, durante a roda de conversa em Santa Ana do Baixo Jambuaçu, Amanda Cardoso, integrante do grupo de pesquisa Hodós, compartilhou o relato de uma professora quilombola que teve a oportunidade de voltar para seu território e lecionar na escola local, implementando métodos inovadores que integram conteúdos formais com os estímulos que a floresta proporciona. De acordo com Farias, Barbosa e Pacheco (2024), de fato, a Educação Escolar Quilombola acolhe a floresta como agente ativo educacional, valorizando práticas e saberes ancestrais essenciais na gestão ambiental sustentável.

Em um momento histórico em que as novas gerações estão perdendo seu sentimento identitário, a presença de professores/as quilombolas pode auxiliar também os/as alunos/as a se reconhecerem como quilombolas e afirmarem: “eu sou quilombola, eu sou resistência” (Kenedy Batista, roda de conversa). O retorno de estudantes quilombolas como educadores/as

traz esperança e incentiva o engajamento coletivo, porém é dificultado pela falta de oportunidades profissionais, devido ao favoritismo político que monopoliza as vagas e à fragilidade de políticas públicas que introduzam profissionais quilombolas nas escolas dos territórios (Elida Monteiro, entrevista).

Contudo, Elida Monteiro enfatiza que há avanços na efetivação da Educação Escolar Quilombola e destaca que, enquanto em alguns lugares ainda é muito frágil, em muitos municípios já estão em vigor currículos específicos e as escolas desenvolvem “conhecimento em parceria com as populações locais para que estas possam permanecer nos seus territórios, mantendo ‘a floresta em pé’ e desenvolvendo seus próprios projetos de futuro, a partir de seus saberes e modos de vida ancestrais” (Peralta, 2021, p. 105).

As reflexões dos sujeitos da pesquisa, de maneira geral, evidenciam que os saberes tradicionais transmitidos e reinventados de geração em geração, que permanecem negligenciados e subordinados a uma lógica curricular eurocentrada, criam noções de vida moldadas pela experiência empírica e fortalecem a interconexão entre sociedade e natureza (Latour, 1994), contribuindo diretamente para o sustento e manejo dos seus territórios (Farias; Pacheco; Barbosa, 2024). É preciso e urgente, portanto, afirmar uma ecologia dos saberes (Santos; Meneses, 2009), na qual diferentes tipos de conhecimentos, como os tradicionais, espirituais e científicos, possam dialogar entre si, rompendo com hierarquias e desigualdades epistêmicas. Nesse caminho, são fundamentais as leis que amparam as comunidades quilombolas, como o Decreto nº 4.887/2003, que reconhece legalmente o território quilombola, e as políticas públicas de Educação Escolar Quilombola – especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores em uma perspectiva contextualizada.

4.3 Os desafios da permanência dos estudantes quilombolas no Ensino Superior

Conexa aos temas acima desenvolvidos tem a questão do acesso dos/as estudantes quilombolas no Ensino Superior, que vai muito além da simples entrada e envolve também as condições estruturais, pedagógicas, sociais e psicológicas – ainda deficitárias – que garantem sua permanência. Jaquelyne Malcher, estudante quilombola da comunidade de Santa Ana do Baixo Jambuaçu, relata sua experiência enfatizando o quanto o preconceito pode ser explícito em um lugar que se apresenta como “acolhedor”: “nunca tinha sentido assim de perto a realidade de muitos colegas que sofrem [...], foi a primeira vez que senti bater de frente com alguém que não nos aceita” (Jaquelyne Malcher, roda de conversa). A experiência de Jaquelyne, infelizmente, é a mesma de muitos/as outros/as estudantes quilombolas, que saem

de seus territórios em busca de seus sonhos, mas se deparam com práticas racistas que os abalam (Peixoto *et al.*, no prelo).

No processo de integração ao ambiente universitário, além do preconceito, um outro obstáculo é representado pela busca por auxílios. Luana Batista, estudante quilombola e pesquisadora do grupo Hodós, compartilha as dificuldades experimentadas para receber apoio acadêmico: “a gente chega na universidade, ela tá preparada para receber os quilombolas, mas ela não tá preparada para que esses quilombolas permaneçam lá. Porque quando a gente precisa: ‘ah, tem um apoio’, mas até eu conseguir esse apoio é uma luta” (Luana Batista, roda de conversa). Esse relato esclarece como a falta de acompanhamento especializado pode criar situações complexas ou até desesperadoras para alunos/as, que, ao entrar na universidade, se deparam com um cenário totalmente diferente do habitual, no que diz respeito a desafios culturais, acadêmicos e sociais. Tudo isso cria situações propícias para a evasão.

A universidade tem a ambição de ser uma instituição formativa e intelectual, com a função de formar seres críticos, mas pode se configurar também como um espaço excludente. Essa preocupação é sublinhada por Elida Monteiro, que discute os impactos das desigualdades raciais na sua trajetória acadêmica: “nós não temos acessibilidade dentro da instituição. A minha vida é muito importante para meus filhos, para meus pais [...] será que eu alcanço a igualdade intelectual?” (Elida Monteiro, entrevista). Sua fala mostra que o acesso à universidade não garante uma efetiva inclusão e que a universidade pode falhar em acolher as minorias, as quais confiam que serão recebidas e valorizadas a partir da “bandeira” que a mesma levanta.

Essa discussão aponta para novas perspectivas de acessibilidade e inclusão, que dialoguem efetivamente com as realidades quilombolas. Mais uma vez a definição de ementas curriculares antirracistas é central para potencializar a resistência – como argumenta Jean Campos, professor quilombola do território de Jambuaçu: “depois que a gente entrar lá na universidade a gente precisa ter um ensino onde a gente também possa se sentir representado enquanto quilombola” (Jean Campos, roda de conversa). Manifesta a mesma visão Elida Monteiro: “para se chegar com essas questões antirracista, étnico-racial e quilombola no contexto geral da universidade, é inserir no currículo da universidade os nossos pretos, as nossas pretas” (Elida Monteiro, entrevista). Entretanto muitas vezes a universidade negligencia o protagonismo negro na matriz curricular e nas referências teóricas usadas em sala de aula. A consequência é que as comunidades quilombolas, muitas vezes, são excluídas até como co-autoras dos trabalhos que as envolvem, pois o contexto acadêmico foca a

ausência de benefícios imediatos, sem entender a importância de fortalecer sua identidade enquanto grupo social (Peralta, 2021).

Em suma, o êxito acadêmico está emaranhado em diversas camadas que dificultam a permanência dos/as alunos/as. Garantir acesso sem promover suporte e reconhecimento cultural não configura assistência, mas sim uma forma de mascarar o racismo estrutural. A instituição entender e assistir as especificidades quilombolas é uma forma de reconhecer que os padrões acadêmicos hegemônicos estão sendo desmistificados para promover processos de ensino-aprendizagem mais inclusivos e alinhados com os diferentes modos de ser e conhecer (Santos; Meneses, 2009). Somente assim, a Educação Superior poderá ser realmente inclusiva, crítica e emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou os resultados parciais de uma PAP, discutindo os reflexos do percurso da pesquisa no fortalecimento do compromisso social e político dos sujeitos envolvidos, bem como a necessidade da valorização dos saberes comunitários quilombolas nos currículos escolares e universitários e a permanência dos estudantes quilombolas no Ensino Superior. A partir dos diálogos construídos ao longo da investigação, foi possível evidenciar que a PAP, para além de ser uma metodologia de coleta de dados, configura-se como uma prática ético-política, que promove a escuta, a coautoria, a criação de novas práticas de conhecimento e os laços coletivos. Nesse sentido, o estudo se revelou um espaço de troca de saber, no qual pesquisadoras, comunidades e movimentos permitiram aos/às participantes aprimorar um olhar crítico, o engajamento comunitário e seu vínculo identitário.

Diante das análises realizadas, ficou claro que a articulação entre conhecimentos comunitários e científicos é um passo essencial para a construção de práticas educativas emancipadoras e uma educação contextualizada, que reflita as especificidades das comunidades quilombolas. Pelo contrário, sua ausência nas ementas escolares e universitárias comporta a reprodução das desigualdades epistêmicas e a perpetuação da marginalização de conhecimentos ancestrais. Neste sentido, a Educação Escolar Quilombola emerge como uma solução viável e estratégica, ao promover processos educativos comprometidos com as lutas, as identidades e os territórios quilombolas.

O estudo evidenciou também que o acesso de estudantes quilombolas à universidade não garante sua permanência e inclusão. As práticas racistas e de exclusão social, a carência de representatividade negra, políticas institucionais defeituosas e a insuficiência de apoio psicológico, pedagógico e financeiro, revelam que, muito embora o discurso de acolhimento e

diversidade, as estruturas da universidade estão longe de serem seguras e eficientes. Assim, são urgentes mudanças estruturais, que assegurem condições reais de acolhimento, valorizando intelectuais quilombolas e reconhecendo diferentes concepções e práticas educativas.

Desta forma, o presente trabalho reafirma a importância de produções científicas que valorizem a coautoria e o protagonismo das comunidades quilombolas. Tornar visíveis seus conhecimentos é um ato de justiça social, que quebra com barreiras epistêmicas, possibilitando caminhos verdadeiramente democráticos. A pesquisa aponta também para o fortalecimento de políticas educacionais coerentes com as perspectivas quilombolas, que estejam comprometidas com a transformação social de forma sensível, respeitosa e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elza Ferreira de *et al.* Educação Quilombola-EQ: a importância para a preservação da identidade cultural dos educandos. **Revista Ouricuri, Brasil**, v. 14, n. 2, p. 3-17, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

FARIAS, Enos André de; BARBOSA, Anna Christina Freire; PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. Interseção entre história e saberes tradicionais: uma análise da ecologia humana no quilombo Sítio Araçá. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 11, p. 1-34, 2024.

FALS-BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla (1979). In: FALS-BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación de Víctor Manuel Moncayo. México, DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 253-301.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 5a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola**: na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD; UNESCO, 2012.

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**: uma etnografia colaborativa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

PERALTA, Nelissa. **Decolonialidade e saberes tradicionais em práticas científicas na Amazônia**. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 87-107, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.41582>.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Outras fontes

BATISTA, Kenedy. **Participação na roda de conversa**, conduzida pelo grupo de pesquisa Hódos na comunidade quilombola de Santa Ana do Baixo Jambuaçu. Moju/Pará, maio de 2025.

CARDOSO, Amanda. **Participação na roda de conversa**, conduzida pelo grupo de pesquisa Hódos na comunidade quilombola de Santa Ana do Baixo Jambuaçu. Moju/Pará, maio de 2025.

CARDOSO, Andréa. **Participação na roda de conversa**, conduzida pelo grupo de pesquisa Hódos na comunidade quilombola de Santa Ana do Baixo Jambuaçu. Moju/Pará, maio de 2025.

CARDOSO, Rosilene. **Diário de campo**. Belém/Pará, junho de 2025.

CARDOSO, Rosilene. **Diário de campo**. Belém/Pará, dezembro de 2025.

COSTA, Paulo da. **Participação na roda de conversa**, conduzida pelo grupo de pesquisa Hódos na comunidade quilombola de Santa Ana do Baixo Jambuaçu, Moju/Pará, maio de 2025.

MACIEL, Ana Loyse. **Diário de campo**. Belém/Pará, junho de 2025.

MONTEIRO, Elida. **Entrevista concedida ao grupo de pesquisa Hódos**, na sede da Malungo, Belém/Pará, março 2025.

MURACA, Mariateresa. **Diário de campo**. Belém/Pará, dezembro de 2025.

TRINDADE, Elídia. **Participação na roda de conversa**, conduzida pelo grupo de pesquisa Hódos na comunidade quilombola de Santa Ana do Baixo Jambuaçu, Moju/Pará, maio de 2025.